



**ATA N. °4/2017**  
**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA**  
**MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA**  
**EM 15 DE SETEMBRO DE 2017**

Aos quinze dias do mês de setembro de dois mil e dezassete, pelas catorze horas e quinze minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente, de cinco de setembro do ano corrente, com a seguinte Ordem de trabalhos:

**Ponto 1** – Apreciação da Atividade Municipal/Informação do Auditor Externo referente ao 1.º Semestre de 2017;

**Ponto 2** – Análise, discussão e votação do pedido de autorização para a dissolução da Associação de Municípios de Rio Torto.

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou a sessão cumprimentando os presentes. Passou de seguida a palavra à 1.ª Secretária, Senhora Lurdes Veiga, a qual saudou os presentes e procedeu à chamada, constatou as faltas injustificadas dos Senhores José António Lopes, António Balça, José Quintal e Jorge Silva. Notou-se, também a ausência justificada do Senhor Silva Fernandes.

O Senhor Presidente da Assembleia questionou se havia correções à ata anterior. A Senhora Lourdes Marinho pediu autorização para poder corrigir a ata.

O Senhor Presidente da Assembleia autorizou, passando assim à aprovação da ata. Foi aprovada por maioria.

O Senhor Presidente da Assembleia lembrou o falecimento de Sua Excelência Reverendíssima D. António Francisco dos Santos, Bispo do Porto, no passado dia 11 do mês em curso, bem como a sua proximidade com os Pesqueirenses.

Apresentou a proposta de homenagem à grande figura desaparecida, através da concentração de todos durante um minuto de silêncio.

A proposta foi aceite, por unanimidade.

Prosseguiu os trabalhos dando nota da correspondência recebida. Questionou os representantes dos grupos de trabalho se tinham reunido.

A Senhora Lourdes Marinho como membro eleito pela Assembleia Municipal junto da CPCJ disse que “no período temporal, que medeia a informação dada na reunião de 30 de junho e hoje 15-09-2017, há um registo de mais dois processos abertos e o arquivamento de cinco. O total de processos de promoção e proteção ativos é de quarenta e quatro.

As medidas aplicadas centralizam-se no apoio junto dos pais e o apoio junto de outro familiar. É o meio mais positivo, pois as crianças/jovens não saem do seu ambiente de proteção.

Permitam-me, no entanto, que apresente alguns fatores que a sociedade terá de reter, para o bem-estar das nossas crianças.

1.º A disciplina e educação dos jovens passa, em 1.º lugar, pela família;

2.º O poder do exemplo deve ser a preocupação de todos nós;

3.º Não há crianças/jovens más, nem desprovidas de inteligência. Há sim, agentes educativos bons, medíocres ou maus (não me reporto aqui aos professores, porque educadores somos todos. Muitos confundem educadores com professores);

4.º A mudança começa em nós, mas só se opera, se os outros nos ajudarem, aceitem e queiram ver que estamos a mudar;

5.º A aceitação da diferença. A sociedade está mais tolerante, mas não é verdade que aceite melhor;

6.º Temos que trabalhar o fator das emoções, quando não, podem levar ao aumento dos deprimidos.

Considero que o problema é essencialmente cultural.

7.º Devemos fazer acreditar que, quando os jovens erram, não há triunfos nem derrotas eternas;

8.º Temos de os ajudar a encontrar a humildade de se virarem para trás, explorarem o passado, para descobrir o futuro, porque o presente já passou.

É este o trabalho e a participação que nós, autarcas em particular e a sociedade em geral, deve ter presente."

### **Período de antes da ordem do dia**

O Senhor Presidente da Assembleia passou ao período de antes da Ordem do Dia passando a palavra à Senhora Marcolina.

A Senhora Marcolina Sequeira leu um texto elaborado pelo Senhor Silva Fernandes que se passa a transcrever:

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e demais elementos da mesa, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Deputados eleitos e Presidentes de Junta de freguesia, Exmo. Público e colaboradores de apoio á Assembleia Municipal.

Nesta última sessão da atual legislatura gostaríamos de cumprimentar e agradecer a todos, as atenções recebidas ao longo destes quatro anos.

Encerramos mais um ciclo da ação política no concelho de S. João da Pesqueira. Fiel aos princípios que apresentamos na primeira sessão desta legislatura, "...repudiamos a visão redutora do sistema político instalado" não constituindo, por isso mesmo, oposição a nada, nem a ninguém.

Norteamos a nossa intervenção cívica, na defesa e valorização do território, pelo desenvolvimento do concelho e da região do Douro, e pela melhoria de qualidade de vida dos cidadãos.

Louvámos quando entendemos que devíamos apoiar, discordámos e criticámos quando em nossa opinião não estavam salvaguardados os anseios e necessidades da população, a defesa e valorização do território ou o desenvolvimento do concelho.

Devemos reconhecer que nestes últimos quatro anos se verificou uma melhoria sensível no sector da educação e a abertura ao público do Museu do Vinho, ainda que fosse um projeto de mandatos anteriores.

Em contrapartida nada de estrutural ou estratégico foi feito para que a médio/longo prazo contribuísse para o desenvolvimento do território ou benefício consistente dos cidadãos.

S. João da Pesqueira continua parada no tempo, sem imagem de marca, isolada do mundo e da região, assistindo ao florescimento de atividades e desenvolvimento nos concelhos limítrofes.

Durante este mandato o Executivo manteve nas opções do plano a construção do heliporto e o arranjo das Bateiras, que não passaram do papel, sendo certo que no caso das Bateiras devem igualmente ser consideradas as demais entradas no concelho, quer sejam rodoviárias, ferroviárias ou fluviais.



A monografia do concelho que era para estar pronta há mais de quatro anos, continua sem aparecer e a gastar dinheiro.

Deste ano de 2017, destacamos quatro questões que consideramos das mais relevantes, em relação às quais alertamos por diversas vezes:

#### 1- Promopesqueira

A criação da associação Promopesqueira, com todas as peripécias constantes das atas da Assembleia Municipal, constitui o melhor exemplo da atitude do Executivo para com a Assembleia Municipal, não fornecendo a informação solicitada, não respondendo às perguntas de forma clara e transparente ou desrespeitando mesmo a própria Assembleia.

A Associação Promopesqueira foi constituída contrariando a decisão da Assembleia Municipal quanto à sua denominação e objetivos.

Era dever do senhor Presidente da Assembleia Municipal participar tal fato ao Ministério Público. Não o tendo feito tornou-se cúmplice desta ilegalidade e poderá vir a ser incriminado juntamente com o Executivo.

#### 2- Orçamento Participativo

Em 27 fevereiro de 2015 (ata nº 1 pág.9), foi por nós apresentada uma proposta de regulamento para entrada em funcionamento do orçamento participativo, á qual não foi dada qualquer recetividade. Em 24 de abril de 2015,(ata nº 2 pág. 5) o deputado Paulo Bito apresentou uma proposta para o orçamento participativo jovem, que teve idêntico destino. Nas opções do plano e orçamento para 2017, o Executivo manifestou o propósito de introduzir o orçamento participativo. Nada aconteceu até setembro. Passaram dois anos e meio sobre a primeira proposta.

#### 3- Dívida

A dívida foi ao longo de toda a legislatura uma das nossas constantes preocupações e manifestamo-lo inúmeras vezes. Pois bem. Agora é o auditor externo que revela de forma clara este e outros assuntos, que em relatórios anteriores não abordava ou refugiava-se atrás da lei ou na falta de elementos. O atual relatório (semestral), tem 24 páginas, enquanto já fomos brindados com relatório de página e meia. Coincidindo com o fim desta legislatura é de louvar a atitude do auditor. Assim do relatório do auditor de 21 de agosto, (pag.19), ficamos a saber que a dívida total da câmara é de 7 milhões e seiscentos mil euros (7.666.077.39), sendo 3 milhões e oitocentos mil euros (3.867.088.72) o montante da dívida a fornecedores ou terceiros. A dívida a fornecedores ou terceiros era em 1-1-2014 de 680 mil euros (679.674.40, ou seja, nesta legislatura a dívida a terceiros passou de 679 mil euros para 3 milhões e oitocentos mil euros. O esforço mensal médio só com a dívida bancária é de 42 mil euros (pág.17), o ratio da despesa com pessoal sobre a despesa total é de 26% (pág.10). O Município depende 80% do Orçamento do Estado (pág.21).

#### 4- Águas do Norte

Como sempre referimos a dívida as Águas do Norte é para pagar e portanto, secundado agora pelo auditor é para negociar o pagamento. Poderá o Executivo aproveitar o empréstimo a conceder em 2018, pelo Banco Europeu de Investimento, para negociar um empréstimo a juros muito baixos.

Esta legislatura termina com uma pesada herança para o próximo Executivo a quem desejamos as maiores felicidades.

Pela nossa parte estamos e ficamos de consciência tranquila quanto ao desiderato que nos foi confiado pelos cidadãos de S. João da Pesqueira. Exercemos as funções de membro eleito da Assembleia Municipal, com total independência na defesa dos verdadeiros interesses dos munícipes de S. João da Pesqueira, bem como da defesa, valorização e desenvolvimento do concelho, da região e do país.

Muito obrigado a todos.

S. João da Pesqueira, 15 de setembro de 2017

Alberto Julio da Silva Fernandes

A Senhora Marcolina Sequeira cumprimentou os presentes. Salientou o facto do Senhor Presidente da Assembleia ter sido um Presidente imparcial, permitindo que todos tivessem a palavra sempre que o entendessem, respeitando o regimento sem qualquer oposição e tendências. Relativamente à Vindouro o montante gasto numa festa destas traduziu-se, na sua opinião, num fracasso. O que salvou a Vindouro foram os espetáculos que foram fantásticos. No que diz respeito às barraquinhas nunca houve tão pouca adesão. Questionou o Senhor Presidente da Câmara se ao longo do seu mandato foi verificando todos os pontos do seu programa e se sai com a sensação de dever cumprido. Na sua opinião, e como disse o Dr. Silva Fernandes, houve obras de grande envergadura que estavam no programa e que não foram concluídas, nomeadamente o heliporto, o aeródromo, a requalificação do Largo da Feira, que está agora a começar.

Passada a palavra ao Senhor Sebastião Mesquita, este disse estar na política do concelho há vinte e dois anos e o resumo destes últimos oito anos é que o concelho andou para trás. Nestes oito anos o Município recebeu quinze milhões de euros por ano, ou seja, cento e vinte milhões de euros e não conseguiu aprovar um único projeto comunitário. Concelhos aqui à volta, como a Régua, conseguiram ir a Bruxelas e conseguiram reivindicar investimento. Obras que foram colocadas no plano plurianual não foram realizadas. Endividar, não fazer obra, e o concelho ser reconhecido como o mais baixo de todos. Quer continuar na política porque quer que as suas filhas vivam cá. Foi Presidente de Junta e Vereador, foi iludido e enganado porque lhe prometeram obra. No lugar das Bateiras estão 250 mil euros em projetos, 125 mil euros no projeto do cais que se encontra aqui na gaveta da Câmara e mais 120 mil euros no projeto da Quinta de Santa Bárbara, pago pela Câmara, em contrapartida da troca de terrenos para estacionamento. No polidesportivo junto às escola mais 120 mil euros de projeto, fui enganado, na altura como jovem, fui enganado, e outros que estão a ser convidados agora também o estão a ser. Os Municípios não podem ser empregadores, no entanto, na visão de alguns terão de o ser, mas não podem. Os Municípios têm que criar condições aos empresários para que estes invistam e progridam. Ao dar empegos precários, estão a enganá-los. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se se sente realizado e confortável ao sair do Município e se deixou obra comparativamente com o dinheiro que foi aplicado. Desejou felicidades aos dois candidatos Dr. Jorge Rocha e Dr. Manuel Cordeiro. O que ganhe que pense em colocar o concelho para a frente porque o nosso concelho tem a necessidade e obrigação de liderar no Douro. Dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Municipal disse ter sido um Presidente imparcial, contudo não teve mão em alguns elementos da sua bancada. Foi aprovado que as reuniões iriam ser gravadas e até então nada foi feito. Quanto às contas da Espadouro disse que as trazia e não as trouxe até hoje. Criou-se uma comissão para a vinda dos deputados, comissão essa de que também faz parte e nunca mais houve reunião nenhuma, se a atitude for igual, se ganhar a Câmara, irá ficar mal na figura.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Vítor Tomé.

O Senhor Vítor Tomé começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia e restante mesa, o Senhor Presidente de Câmara e Vereadores. Como o Dr. Silva Fernandes não está em nenhuma das listas e não pode vir a esta sessão, para ele, era a pessoa que mais sabia da matéria, foi pena muitas das sugestões



dadas pelo Senhor Silva Fernandes não terem sido levadas a cabo. Dirigiu-se ao Senhor Presidente da Assembleia para lhe dizer que desempenhou bem o papel dele. Ao Senhor Presidente da Câmara colocou-lhe uma questão: terminados os oito anos de mandato se deixa alguma obra que faça lembrar o nome dele. Não o tem como bom Presidente, mas sim como boa pessoa, podia ter feito melhor. A sua atitude ao não se recandidatar foi de louvar já que se não conseguia fazer melhor do que fez, foi melhor assim.

A Senhora Maria Helena cumprimentando os presentes fez a seguinte intervenção: "Permitam-me aproveitar este período da ordem do dia, para dizer espero uma reunião de Assembleia com civismo e que não se transforme num comício político, de facto ainda não é hora disso. Quase no final de uma legislatura impunha-se refletir sobre o trabalho que foi desenvolvido sem o intuito de pôr em causa a motivação e com os objetivos de quem é escolhido por vontade popular e assume um destino de um concelho. Não vou certamente agora fazer um registo pormenorizado sobre o trabalho desenvolvido ao longo de um mandato pois, para isso funcionou esta Assembleia. Contudo, deixem-me dizer que fazer política é difícil e, eu não sou, nunca fui nem serei política, mas entendo que o que falta para fazer boa política, é a serenidade necessária que permita o respeito pelo outro na aceitação de ideias diferentes, diversificadas e válidas porque no essencial todas elas seguem a mesma linha o desenvolvimento e o progresso do concelho, bem como o bem estar de todos os Municípios. Para refletir, analisar e avaliar as ideias estão os eleitores a quem compete decidir e escolher. Também sabemos que os elogios e os aplausos são efémeros e que os homens passam as obras ficam e é nesse sentido que os eleitos de todas as bancadas deste órgão deram o seu contributo de forma positiva para um concelho melhor, tal como eu procurei sempre fazer nesta Assembleia com a minha contribuição. Aos que terminam este mandato deixo uma palavra de reconhecimento, a quantos venham a ser eleitos para o próximo mandato desejo que façam um trabalho que seja exemplo de democracia, tolerância respeito e responsabilidade. Espero que a Assembleia Municipal seja um lugar de reflexão e discussão democrática de forma a desenvolver o trabalho que concelho de S. João da Pesqueira espera e merece. Para concluir deixo-vos apenas esta mensagem da obra "O Príncipezinho" que em muitos momentos da nossa vida nos faz pensar na imensa veracidade que tem e na significativa e tão simples "aqueles que passam por nós não vão sós, não nos deixam sós, deixam um pouco de si levam um pouco de nós".

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Vítor Monteiro.

O Senhor Vítor Monteiro interveio cumprimentando a Mesa, o Executivo e os colegas de Assembleia. Referiu uma vez que nos próximos quatro anos não irá estar entre os Membros da Assembleia, aproveitou a oportunidade para se despedir e agradecer a forma cordial como foi recebido sempre pela Assembleia desde o primeiro dia. Como disse várias vezes não movia nada contra ninguém, mas sim o de poder contribuir para o bem-estar das nossas gentes e para o desenvolvimento do nosso concelho. Ao longo dos anos começou a aperceber-se que a Assembleia Municipal, quer pela forma como é constituída quer pela forma como funciona, pouco pode fazer para influenciar o Executivo, pois é um órgão que fiscaliza, mas o Executivo não tem que dizer aquilo que faz. Na sua opinião os Presidentes de Junta não deviam ter direito a votação, pois à partida o voto deles está condicionado. Desejou a todos as maiores felicidades, para os que continuam que Deus os ilumine no sentido de eles conseguirem com as suas ideias fazerem um concelho próspero e apetecível de se viver.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao interveniente seguinte.

O Senhor Joaquim Monteiro cumprimentou os presentes, disse na primeira reunião do mandato só estar em representação da sua freguesia e despede-se dessa mesma forma. Decidiu não se candidatar e o Senhor Presidente da Câmara tomou a mesma decisão, quis deixar expresso o seu reconhecimento pessoal e institucional à sua pessoa pelo empenho, dedicação e amizade que sempre manteve com ele e com a freguesia de Ervedosa do Douro, com provas à vista de todos, ajudou pessoas, instituições e fez obra. O Senhor Presidente da Câmara resolveu muitos problemas, não agradou a todos, mas a grande maioria dos habitantes de Ervedosa do Douro reconhecem-no como verdadeiro amigo. Dirigiu-se à Senhora Vereadora Dr<sup>a</sup> Delfina Santos e desejou-lhe sorte e felicidades na sua vida pessoal e profissional. Bem hajam a tudo o que fizeram pela minha freguesia. No próximo dia 1 de outubro serão eleitos novos elementos para constituírem os diversos órgãos do concelho, a todos aqueles que se recandidatam ou candidatam pela primeira vez desejou boa sorte. O que for eleito, espera que tenha um desempenho a favor, indo ao encontro das necessidades das populações e que o façam de uma forma simples, humilde sem vaidade, arrogância ou autoritarismo, tendo sempre em mente que quem o elegeu foi o povo e é ao povo que deve servir. A causa pública só será importante e fará sentido se o vosso desempenho for útil às pessoas. A todos que ao longo destes dois mandatos conviveram de forma democrática comigo agradeço e continuarei ao vosso dispor.

A Senhora Lourdes Marinho interveio seguidamente querendo prestar homenagem ao Senhor Silva Fernandes, pois desde que entrou nesta casa nunca considerou nenhum de nós como adversários políticos. O Senhor Silva Fernandes sempre trouxe assuntos válidos e até ao último instante, deu o seu contributo.

Continuou a sua intervenção lendo uma reflexão que se passa a transcrever: "Estes quatro anos tornaram-me numa espetadora de dúvidas, incertezas, lições de liderança, teorias de delineação de planos que pensavam infalíveis. Esses planos têm sempre um prazo muito limitado de duração, quando pensados, sabendo-se que, raramente, irão ser cumpridos. A realidade é mais forte do que as suas previsões e a concretização dos planos falha, porque surgem fatores para os quais não foi estudada a lição. Os planos não funcionaram e os resultados tão desejados não apareceram. É necessária muita coragem para alterar as forças de bloqueio. É um processo de aprendizagem, uma atitude de cortar a direita, para mudar e apresentar um novo plano.

Nesta maioria a que pertenci, senti-me um dos 903 mil portugueses subutilizados no mercado de trabalho. Os meus reparos, as minhas propostas, o meu querer contribuir na construção de uma melhoria, não passou de um ruído sem eco. Fui uma pedrada num charco, fiz críticas que interpretaram como reparo de oposição. Tiveram medo do novo, do diferente, daquilo que incomoda o sossego e resolveram agir como as maiorias o permitem, fazendo de idiotas os que apresentavam alguma criatividade. Sempre temi as maiorias, pois levam à mediocridade por sempre vencerem, mesmo que seja o pior cenário. Fazem com que gostemos de nos rodear daqueles que nunca nos colocarão em causa, para podermos vencer mesmo com as nossas idiotices. Entronizamos os que nos chamam à realidade com a melhor das intenções. Silenciar as opiniões contrárias é uma espécie de censura, mas a liberdade significa sobretudo o direito de dizer aos outros, o que eles não querem ouvir. Foi a reviravolta que fiz em defesa dos munícipes. Prefiro ser criticada pelas palavras e ideias, do que delegar em quem quer que seja o poder de combatê-las com as palavras e ideias que eu própria

escolhi. Se pugnamos por uma sociedade livre, sem concentrações excessivas de qualquer tipo de poder, precisamos de dar o poder da palavra ao maior número de atores. Uma sociedade livre, uma sociedade sem concentrações excessivas de poder reclama uma distribuição ampla do poder da palavra e liberdade para a sua utilização. Observei muita demagogia e pouco senso político. Andou-se a reboque dos acontecimentos e não na vanguarda deles, por isso sou adepta das minorias. O concelho precisa que se cerrem fronteiras com os eleitos e não lutas extemporâneas que só apareceram para lançar confusão e aplanar o caminho para futuras eleições. O povo deve ser soberano, mas não é. Só somos soberanos para votar, depois ninguém nos pergunta mais nada. Reconhecerei sempre o mérito a quem sai e desejo felicidades aos que irão fazer parte desta casa. "

**Ponto 1 – Apreciação da Atividade Municipal/Informação do Auditor Externo referente ao 1.º Semestre de 2017.**

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para quem quisesse usar a palavra. Finalizada a inscrição dos membros passou a palavra à Senhora Lourdes Marinho.

A Senhora Lourdes Marinho começou por dizer que "Relativamente à Vindouro organização foi fraca. Permitiram a entrada antes do Senhor Presidente abrir o evento. Quando as individualidades entraram já havia expositores/produtores a servir provas. Ninguém ouviu, nem deixou que se ouvisse o que o orador dizia. Achei muita falta de educação, dado que em qualquer evento, depois da abertura, é que cada um apresenta os seus produtos. Havia muito tempo para passar às provas, depois de dadas as boas-vindas e os agradecimentos a quem estava presente. Seria bom anotarem estas falhas, para que em anos futuros não surjam estes desaforos, com foros de falta de educação para quem os quer promover. Na educação as atividades apresentadas nesta nota informativa, são de louvar. Como tenho referido, outras vezes, será benéfico dar visibilidade ao que a maioria dos munícipes desconhece. No empreendedorismo/Fundos Comunitários/Candidaturas verifica-se que algumas candidaturas foram aprovadas, o que é positivo. É pena que não tivessem apresentado mais candidaturas, dado que apesar de as verbas estarem atrasadas, ou não serem aprovadas, quanto mais melhor, e poder-se-ia ter aproveitado. Sobre a submissão da candidatura "Promoção do turismo acessível em S. João da Pesqueira" que objetivos e atividades pretendem desenvolver, caso seja aprovada?. No turismo o projeto turístico-cultural "A redescobrir Sefarad´Ouro" é uma boa aposta. Para que se desenvolva necessitamos que a população esteja recetiva aos vestígios, pois são difíceis de deteção e muitos deles do desconhecimento de todos. É necessário projetar o trabalho efetuando reuniões de esclarecimento em todas as freguesias. No saldo de operações orçamentais relativamente a junho há uma diferença de 418.593,66€. Reconhece ser muito. A dívida a terceiros, no mesmo período (três meses) aumentaram 71.820,17€. A situação financeira, em três meses, apresenta um gasto de 490.359,83€. Na Informação do Auditor Externo Execução Orçamental, 1.1 – Despesa na coluna alterações: as verbas retiradas da coluna inicial de 164.543,00 e 62.420,00 dão um total de 226.963€. Somadas com a alteração de despesas com pessoal de 495.741,00€ deve dar 722.704€ e não 268.778,00€. O valor apresentado no total de alterações só dá 268778,00€ se às despesas de pessoal alterada para 495.741,00€ se retirarem 226.963€ da aquisição de bens e serviços e de transferências correntes. Os totais de despesas das alterações só está correto se for como eu penso ser. Caso contrário terá de apresentar um total de 1.587.576€. Na Execução Orçamental 1.2.3 a variação entre os valores orçados e os valores pagos perfaz um total de 8.977.096,18€, o que



reconheço ser um pouco alarmante. Na página 10 (grelha do ponto 1.3) verifica-se uma diferença percentual muito elevada entre os rácios de estrutura de despesas com os rácios de estrutura de receita. É difícil, mas quem gere tem que contabilizar bem o certo, com o duvidoso. Na pág.14 – Proveitos e ganhos só o total da grelha da conta 72 é que está correto. Ponto 2.5.2 – Fornecedores e outros credores o prazo médio de pagamento está nos 235 dias, aumentou. O problema com a Águas do Norte está por resolver. Dívida a Instituições bancárias de 3.798.988,67€ a somar à dívida a terceiros de 4.167.271,67 dá um total de 7.966.260,34€ até 30.06.2017. Conclusão: A Câmara ainda não está no limite de endividamento e esperamos que nunca esteja, mas terá que haver muita prudência. Do trabalho do Auditor tenho a referir, pelo que analisei, que foi o único mais explícito. Procurou demonstrar a realidade talvez por ser fim de mandato e o Executivo ir mudar."

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra à Senhora Marcolina Sequeira.

A Senhora Marcolina Sequeira disse deixar apenas umas considerações, já que na reunião não eram dadas respostas. Relativamente à organização da Vindouro e durante os mandatos do Senhor Presidente em algumas atividades houve alguma falta de protocolo e não esquecer que na Câmara há pessoas com formação em orientação protocolar. Na festa de S. João verifica-se cada vez mais a ausência de marchas a concurso, a culpa não será do Município porque este oferece demais. Era bom repensar o papel das associações e fazer-se cumprir regulamentos, porque senão não faz sentido elaborá-los e aprová-los, estes regulamentos preveem participações em todos os eventos do Município e isso não acontece. Questionou se no futuro as marchas de S. João serão feitas somente com crianças e idosos. Relativamente à educação ao serem atribuídos os vales escolares considera que os vales atribuídos ao segundo terceiro ciclo e secundário é uma medida exagerada porque os alunos carenciados estão abrangidos pela ação social escolar, então é uma duplicação. Considera que os vales do Município estão a ser gastos em tudo menos no que realmente se destina.

Passada a palavra ao Senhor Vítor Tomé referiu a sua opinião relativamente à Vindouro ser a mesma do ano passado e de há dois anos, não valia a pena estar a fazer considerações. Deu os parabéns ao Auditor Externo, no entanto, não percebeu porque só no fim do mandato fez um relatório onde toda a gente percebe. Existem dados no relatório do Auditor Externo que o deixam preocupado, os gastos com o pessoal e o prazo médio de pagamento.

O Senhor Fernando Pereira cumprimentos os presentes, deixou uma palavra de agradecimento aos que terminam o mandato. Termina um Executivo, mas há uma continuidade, espera que o novo Executivo não comece tudo do zero. Deve aproveitar o que está bem e dar-lhe continuidade. Os candidatos eleitos têm de ter na mente o relatório do ROC, pois acha-o extremamente preocupante. É de opinião, arranjar uma solução para as dívidas às águas porque a mesma não pára de aumentar. Disse, também, que a Câmara não deve ser empregadora, mas sim empreendedora.

O Senhor Sebastião Mesquita no uso da palavra referiu o Auditor ter feito um bom trabalho, mas no fim. Ficou preocupado com a situação do concelho, gasta-se muito dinheiro em festas. As festas deviam ser repensadas, pois o Executivo não pode gastar aquilo que não tem. Paga impostos, custa-lhe todos os meses, e o Executivo anda a gastar dinheiro desnecessariamente. Faz perguntas, gostava de ser esclarecido, mas, infelizmente, muitas das vezes nem lhe deram respostas. O ordenado da Junta vai doá-lo, e sem fundos vai conseguir gerir a Junta. Quem for eleito vai ter um papel difícil com a má gestão dos últimos anos da Câmara.



O Senhor Vitor Tomé começou por dizer que o ponto 1 devia ser dividido em dois, a informação do Auditor Externo não devia ser discutida no mesmo ponto da Atividade Municipal. Relativamente à Atividade do Município e à Vindouro, a Vindouro tem sido tudo menos organizada. Quando olha para os valores gastos na Vindouro fica incrédulo, pois aquilo que vê não é o espelho do que foi gasto. Viu há alguns tempos atrás uma máquina para lavagem dos vidros do Museu, custou muito dinheiro, mas, na Vindouro os vidros não foram limpos. Concorde com a Dr.ª Marcolina Sequeira, as associações deviam participar nas marchas de S. João. Questionou se em relação ao tópico Sefarad´Ouro se servirá para a colocação de um funcionário, pois na Câmara existem funcionários que podem ficar com esta função. Relativamente ao Auditor Externo questionou se fosse uma empresa privada se gastariam meio milhões de euros sem retorno do mesmo. Os funcionários, só são adquiridos se forem necessários, não por Santa Casa da Misericórdia como tem acontecido. Reparou haver mais candidaturas agora do que nos anos todos, uma das ilhas ecológicas e a outra no Largo da Feira. Certamente terá de avançar com as obras e para isso avançar também com o dinheiro, mas a Câmara não tem fundos disponíveis, ou seja, começaram as obras "para inglês ver".

O Senhor Presidente da Câmara respondeu quanto às Águas o assunto já estar muito bem explicado. Não concordam com os valores a pagar, por isso ainda estão em litígio. Estão a tentar fazer um acordo, a ter que ser paga a dívida, era melhor ser a quinze anos do que a cinco anos, pois torna-se incomportável para a Câmara. Relativamente ao relatório do ROC, a Câmara está em cumprimento. A Câmara não pode ser uma empresa mas mais de 50% é atividade social.

O Senhor Presidente da Assembleia, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, passou a palavra ao Doutor Paulo Mendonça Tolda, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, para que este desse resposta às questões técnicas levantadas. O Doutor Paulo Mendonça Tolda começou por dizer que é necessário saber distinguir o parecer e a certificação legal sobre contas do relatório semestral. O parecer e certificação legal das contas baseia-se num documento que é produzido e aprovado pelo Executivo que é o relatório de gestão. O Auditor Externo o que tem que dizer nesse relatório de "uma página e meia" é que aquele relatório de gestão apresentado traduz a situação financeira do Município de forma transparente e fidedigna. Por outro lado, e já falamos disso na última Assembleia, o Auditor Externo resguarda-se no sentido de dizer que daquilo que lhe foi apresentado o que ele viu está em conformidade. Continuo a dizer que podemos ter um milhão de euros de faturas na gaveta que ninguém sabe. O Auditor Externo faz triagens, faz circularização de saldos, vai ver mapas do banco de Portugal, faz um trabalho de auditoria que incide sobre os aspetos mais relevantes, mas pode haver coisas que ficam fora da sua esfera de trabalho. Não está cá em permanência, não consegue ver se há ou não faturas na gaveta. O relatório semestral tem outra finalidade, que é a de apresentar a meio ano apresentar a situação económica e financeira do município, tendo sido aqui dito pelo Senhor Eng. Mesquita que a lei não obriga a Câmara a apresentar contas semestrais e que estas não foram apresentadas, mas o único técnico que sabe fazer um relatório semestral era o próprio e que para fazer um relatório semestral a que não era obrigado por lei, tinha que parar com seu serviço e o Auditor faz esse trabalho. Referiu ainda que se o Auditor faz esse trabalho, não via necessidade de fazer uma prestação de contas intercalar, porque, assim, o que o Auditor iria fazer era pronunciar-se sobre esse relatório como faz no final do ano sobre o relatório de gestão, sendo que o relatório semestral do Auditor acabaria por ser muito menor do que o apresentado, uma vez que ele iria pronunciar-se sobre o nosso relatório,

sem ter de estar a elaborar toda a informação necessária. Depois em relação à questão da Professora Lourdes, relativa ao saldo de operações e a dívida, informou que esta dívida que aparece na Atividade Municipal reflete a dívida total a fornecedores, o FAM que são trezentos mil euros e reflete também o saldo das ordens de pagamento que estão emitidas e ainda não foram pagas, uma vez que quando é emitida uma ordem de pagamento, contabilisticamente a dívida a terceiros baixa. Referiu que o município evidenciou desde 2015 o total da dívida para ser transparente. É verdade que estes aumentos de endividamento têm a ver com a questão da dívida às Águas do Norte, pois é o valor mais significativo, trezentos mil euros são FAM, mais de três milhões são dívidas às águas, significando que a fornecedores são cerca de quatrocentos mil euros e o prazo de pagamento são cerca de 29 dias. Na questão levantada pela Senhora Professora Lourdes, explicou que o total das alterações orçamentais estava correto, devendo conjugar simultaneamente os aumentos e as diminuições. Quando se fala aqui no grande aumento da dívida, a questão não é essa, uma vez que em 2014 havia uma grande parte de dívidas às águas que não estavam refletidas porque havia um litígio e entendeu-se não refletir essa dívida até 2015. Os relatórios de 2015 - 2016 refletiram dívida às águas que vem desde 2010. Por outro lado, o Senhor Presidente já explicou que iríamos ver o que o tribunal vai decidir em relação ao FETA, consumos mínimos etc., para tentar chegar a um acordo de pagamento. Agora a questão é que do ponto de vista de transparência toda a gente sabe qual o ponto de situação porque senão tivessem aqui refletidas as dívidas às águas porque estão em tribunal, as dívidas a terceiros eram de 400 mil euros e aí toda a gente tinha uma ideia que o endividamento era muito baixo, que o nosso endividamento ao longo do período tinha diminuído de uma forma muito interessante quando há ali um valor de água que não se sabe muito bem se terá de ser pago e de que forma, portanto aquela é a situação real. Pode haver uma decisão do tribunal considerado que o aumento da tarifa do FETA não é para ser suportado e portanto abateria ali algum valor. Do ponto de vista técnico falou-se aqui dos aumentos com o pessoal, sendo exatamente o valor que lá está. A questão dos fundos disponíveis não significa não haver dinheiro, tem a ver com o facto de para aquele período de reporte que agora é meio ano as despesas programadas são superiores às receitas programadas e quando assim é aquilo que se diz é que são fundos disponíveis negativos. Quando as Câmaras têm dívidas em atraso não podem prever a totalidade da receita porque é uma forma de penalização e como nós temos pagamentos em atraso às águas acabamos por estar impedidos de utilizar na previsão de receita para os meses seguintes a totalidade, só podendo prever até 85% e esta situação em alguns meses pode do ponto de vista técnico e legal levar a fundos negativos e o reporte que é feito à DGAL aparece como incumprimento. E como diz o Auditor Externo é fundamental resolver esta questão das águas para retirar esses valores de pagamentos em atraso, porque desde o momento em que se faça um empréstimo ou que se faça um acordo de pagamento, desde que ele seja cumprido deixam de ser pagamentos em atraso, sendo como um empréstimo que está regularizado e não está em incumprimento.

A Senhora Lourdes Marinho após os esclarecimentos do Dr. Paulo Tolda disse "O que o Senhor me respondeu foi uma das hipóteses que eu dei na minha intervenção. Quero é ter certezas, dado que a coluna alterações induz em erro e porquê? A alteração de 495.741,00€ é nova foi um aumento destinado ao objetivo despesas com pessoal. Na dotação "atual" lá está o aumento. A verba de 164.543,00€ foi retirada da dotação inicial e destinava-se a aquisição de bens e serviços. Os 62.420,00 correspondem, ao objetivo transferências correntes, e foram

retirados da dotação inicial. A ser assim apresentado, há uma movimentação de despesas correntes no total de 722.704,00€ e não de 268.778,00€. Embora na coluna "atual" as movimentações estejam corretas, deviam apresentar a coluna "alterações" também mais explícita. Essas alterações deduzi-as como declarei na minha intervenção, mas assim apresentados os objetivos com a indicação do sinal menos, não podem ser retiradas aos 495.741,00€ porque esta verba é nova, foi um aumento que não foi retirado da dotação inicial."

O Doutor Paulo Mendonça Tolda referiu que desses 164 mil euros uma parte pode ter acrescido quer a despesa de capital quer as despesas com pessoal. As contas estão todas bem, podendo depois explicar isto de uma forma mais concreta. Referiu que não é possível somar tudo e dizer que são setecentos e tal mil euros, porque umas alterações anulam-se às outras no global. Será o que acontece se tirar dinheiro de uma dotação e colocar na outra para não aumentar o orçamento, sendo o valor final do orçamento igual ao valor inicial. Por outro lado, se somar a despesa corrente com a despesa de capital vai verificar que o orçamento da despesa é um milhão cento e trinta e três mil euros superior ao inicial, porque as alterações orçamentais também se verificaram na receita, que teve por base a aprovação dos projetos comunitários.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a explicação do Dr. Paulo Tolda.

O Senhor Sebastião Mesquita solicitou a palavra para dizer que números são números estando espelhados no relatório da Câmara. Já que a dívida às águas está presente no valor total das dívidas, fazer um relatório sem o valor da dívida às Águas e, chegaram à reunião da Assembleia explicarem a situação com a dívida às Águas e sem ela.

O Senhor Presidente da Assembleia dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara questionando-o se queria fazer alguma explicação.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que não.

O Senhor Sebastião Mesquita retirou-se da reunião da Assembleia.

O senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Joaquim Monteiro.

O Senhor Joaquim Monteiro disse não ser verdade o que andam a dizer, a Câmara não devia a fornecedores e a terceiros quatro milhões. Para clarificar disse dever a terceiros quatrocentos mil euros e tem o litígio da água ainda por resolver. Fica satisfeito porque antigamente devia muito mais. Parabenizou o Senhor Presidente da Câmara, pois nos seus mandatos só foi contraído um empréstimo de oitocentos mil euros.

O Doutor Paulo Mendonça Tolda disse não gostar que as pessoas descredibilizem o trabalho da Divisão Administrativa e Financeira, tendo que responder às questões levantadas por se tratarem de questões de índole técnico e por uma questão de brio profissional. No relatório de contas de 2016 está lá claramente qual era a dívida a fornecedores sem as águas, está escrito. Do ponto de vista contabilístico nós somos transparentes, a dívida a terceiros, sem águas, deve rondar os quatrocentos mil euros e o FAM é uma dívida a médio e longo prazo tendo que ser pago anualmente um determinado valor. Na divisão Administrativa e Financeira estamos tranquilos do que temos feito, dos reportes que temos feito, da informação que fazemos chegar ao Executivo, informação muito concreta, com muita qualidade e inclusive reconhecida por muitos colegas nossos, alguns professores universitários que nos telefonam a pedir opiniões de várias matérias. Por isso, as pessoas têm que ter algum cuidado com aquilo que dizem. Também estamos a falar de técnicos que fazem o seu trabalho com muito rigor e vocês também nos podem pedir antes da reunião de Assembleia uma reunião técnica



de trabalho para tirarem as dúvidas sobre essas matérias e ficarem mais esclarecidos sobre a situação do município.

**Ponto 2 - Análise, discussão e votação do pedido de autorização para a dissolução da Associação de Municípios de Rio Torto.**

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara explicou a Associação ter de se dissolver é o mesmo assunto do que a Associação da Beira Alta e Douro Sul na sessão anterior da Assembleia. Esta Associação Rio Torto não tem atividade em termos de Património, não tem nada. Os três Municípios têm que ter um documento para dissolver a Associação senão iriam existir encargos financeiros.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para discussão do ponto. Inscreveram-se a Senhora Lourdes Marinho e os Senhores Vítor Tomé e Vítor Monteiro.

Passada a palavra à Senhora Lourdes Marinho esta disse: "sobre a autorização para que o Município possa participar no processo de dissolução da Associação de Municípios do Rio Torto e pela análise à documentação enviada o meu voto será contra, porque verifiquei que:

- A Associação foi legalizada em escritura lavrada em 30-12-1981, com os concelhos de S. João da Pesqueira, Foz-Côa e Meda.
- Na ata da Assembleia Intermunicipal da Associação de 30-03-2006, foram eleitos para o Conselho de Administração como Presidente o Doutor Emílio Mesquita (da Câmara de Foz Côa), 1.º vogal o Eng. Lima Costa (Câmara da Pesqueira). Para a Assembleia Intermunicipal, como 2.ª Secretária a Prof. Maria do Céu Vilela. Os mandatos são por triénios e em rotatividade. Fazendo as contas o triénio de 2009, 2010 e 2011 teve como Presidente na Associação, o Presidente da Câmara da Pesqueira. Foz-Côa no triénio de 2012, 2013 e 2014. Em 2015, 2016 e 2017 voltou a Presidência a pertencer à Pesqueira. Deduzo que a Meda já não pertencia à Associação dado que em fins de 2006 foi constituída a "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro" que passou a ter como acionista S. João da Pesqueira e Vila Nova de Foz-Côa entre outros. O Município da Meda ficou na "Sociedade de Águas do Zêzere e Côa S.A".
- O Tribunal de Contas a quem solicitou a prestação de contas dos anos anteriores a 2015?
- O despacho de 03-03-2016 vem dirigido ao Presidente da Câmara da Pesqueira.
- A Câmara da Pesqueira responde ao Diretor-Geral do Tribunal de Contas, mas só informa que a Associação foi dissolvida há vários anos, na sequência da transferência da gestão da Barragem de Ranhados para a "Águas do Zêzere, para onde só passou o Município da Meda. Não refere que os Municípios da Pesqueira e Foz-Côa passaram para a "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- O Tribunal de Contas responde em 08-08-2016 com o mesmo despacho alertando para possíveis sanções, caso não sejam enviadas as contas de 2015, no prazo de cinco dias, por isso, pelo menos até aos fins de agosto de 2016.
- Os pedidos de esclarecimento da Câmara de Fôz Côa e Meda não são conclusivos para o Tribunal de Contas. No ofício de 30-06-2016 dizem "...quase nula atividade". No ofício de 09-01-2017 dizem que a Associação" esgotou-se com a prossecução da sua finalidade". Mais adiante "... os objetivos da Associação esgotaram-se crescendo que por impossibilidade legal está impedida de ter atividade". Em 30-08-2006 dispensaram o serviço do tesoureiro porque previam pouca atividade. Nos outros mandatos houve tesoueiros, houve alguma



atividade? Não se reconhecendo atividade porque não dissolveram a Associação antes que o Tribunal de Contas os chamasse à atenção?"

O Senhor Vítor Monteiro disse que em 19 de maio o Tribunal de Contas pediu informação atualizada da extinção da Associação de Rio Torto e dava quinze dias. Questionou o porquê de só agora estarem a tratar deste assunto.

O Senhor Vítor Tomé agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara o facto de ter explicado o ponto, na sua opinião o ponto já devia ter ficado resolvido na última sessão de Assembleia, pois o ponto é de fácil entendimento. A partir de 2006 a Associação deixou de ter atividade e não apresentou contas a partir daí. É entendimento dos três Municípios dissolverem a Associação e já devia ter sido dissolvida. Na sua opinião devem dar autorização para dissolver a Associação pois, quanto mais tempo passar pior vai ser.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a Associação foi criada por três Municípios Meda, São João da Pesqueira e Foz Côa. Não tendo nada a ver com as Águas do Zêzere, isso é outro assunto. Em 2006 foi constituída as Águas de Trás-os-Montes do Zêzere e o abastecimento de água que era gerido pelos três Municípios, passou a ser feito pelas Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro onde estava incluído Pesqueira e Foz Côa. A Meda ficou agregada às Águas do Zêzere. Como a gestão das contas estava a ser feita em Foz Côa, quando chegou em 2009 não havia contas. Em 2013 aquando da Lei 73/2013 havia a obrigação de todas as Associações apresentarem contas. Respondemos ao Tribunal de Contas que não tínhamos contas. Eles responderam-nos e decidiram dissolve-la, pois não havia contas.

Passada a palavra à Senhora Lourdes Marinho esta referiu que por a Associação ser Intermunicipal é que lhe surgem as dúvidas. A própria Associação pode dissolvê-la sem ser preciso a intervenção da Câmara, qualquer Associação pode ser dissolvida através dos órgãos próprios, o seu Conselho Fiscal.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por maioria com o voto contra da Senhora Lourdes Marinho.

O Senhor Presidente da Assembleia fez a proposta de poderem votar a ata dado ser a última reunião da Assembleia. A ata irá ser feita e remetida a todos os Membros e se houver alterações que as fizessem chegar para correção da mesma. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Terminadas as intervenções o Senhor Presidente da Assembleia solicitou a aprovação em minuta do ponto 2 tendo sido aprovada por unanimidade.

#### **ENCERRAMENTO:**

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às dezassete horas e quinze minutos. Como última reunião disse ter sido uma experiência engrandecedora. Foi o Presidente de todos dando oportunidade a todos de se manifestarem. Dos trabalhos em agenda foi lavrada a ata, que depois de lida, posta a votação e aprovada por unanimidade irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

